

CARTA DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

A Cooperativa de Crédito e Serviços Financeiros de Curitiba e Região Metropolitana – Coopesf inscrita no CNPJ 05.097.757/0001-69, remete ao Banco Central do Brasil as demonstrações financeiras e demais documentos listados abaixo para publicação na Central de Demonstrações Financeiras do Sistema Financeiro Nacional em conformidade com Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020.

- Relatório da Administração;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Notas Explicativas;

Declaração de Responsabilidade da Administração

Reconhecemos nossa responsabilidade pela publicação das demonstrações financeiras e demais documentos contidos neste arquivo.

Cumprimos com nossa responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

Informamos que todas as transações foram registradas na contabilidade e estão refletidas nas demonstrações financeiras, que os pressupostos significativos utilizados por nós ao fazermos as estimativas contábeis são razoáveis, e que todos os eventos subsequentes à data das demonstrações financeiras e para os quais exigem ajustes ou divulgação foram ajustados ou divulgados, sendo que os efeitos das distorções não corrigidas são imateriais, individualmente ou de forma agregada, para as demonstrações financeiras como um todo.

Confirmamos que as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, encontram-se nesta data, devidamente aprovadas para fins de divulgação, pelos níveis competentes na administração.

Curitiba, 31 de dezembro de 2024

DocuSigned by:

Claudinei Fernando Escobar
14D320755CB64E0...

Assinado por:

ESCARA WIZ MOREIRA
D3039D6A199446A...

DocuSigned by:

Géssica Benício Felipe
B8DAEB7FBCFB40D...

COOPERATIVA DE CREDITO E SERVIÇOS FINANCEIROS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA- COOPESF

S a c h o – Auditores Independentes
Auditoria e Assessoria

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Srs.

Administradores e Associados da

Cooperativa de Crédito e Serviços Financeiros de Curitiba e Região Metropolitana -
COOPESF

Curitiba-PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito e Serviços Financeiros de Curitiba e Região Metropolitana – (“COOPESF”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito e Serviços Financeiros de Curitiba e Região Metropolitana - COOPESF em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da COOPESF é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no

S a c h o – Auditores Independentes **Auditoria e Assessoria**

trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da COOPESF, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

S a c h o – Auditores Independentes
Auditoria e Assessoria

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria, das constatações relevantes de auditoria e, quando eventualmente identificadas durante nossos trabalhos, as deficiências significativas nos controles internos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 27 de março de 2025.

SACHO AUDITORES
INDEPENDENTES:74
006719000176

Assinado de forma digital por
SACHO AUDITORES
INDEPENDENTES:74006719000
176
Dados: 2025.03.27 14:39:05
-03'00'

SACHO – AUDITORES INDEPENDENTES
CRC – 2SP 017.676/O-8
CNAI-IPJ-000155

HUGO
FRANCISCO
SACHO:006694
34850

Assinado de forma
digital por HUGO
FRANCISCO
SACHO:00669434850
Dados: 2025.03.27
14:39:26 -03'00'

HUGO FRANCISCO SACHO
CRC – 1SP 124.067/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EXERCÍCIO SOCIAL 31 DE DEZEMBRO 2024

Em atendimento às exigências legais e regulatórias vigentes apresentamos o Relatório da Administração da Cooperativa de Crédito e Serviços Financeiros de Curitiba e Região Metropolitana – COOPESF, relativo ao exercício de 31 de dezembro de 2024.

A economia brasileira apresentou no primeiro semestre de 2024 resultados positivos, a projeção da inflação ficou em 3,90%, um avanço no PIB 1,59% e uma redução na Selic para 9,00%, a economia apresentou um leve crescimento após dois trimestres estáveis, no entanto, para obter crescimento mais próximo do esperado, é necessária a aceleração da economia ao longo do ano, tendo em vista que o carry-over para 2024 está em 1,0% apenas.

Em maio a tragédia no Rio Grande do Sul impactou o governo e a população, novos títulos foram emitidos para financiar a transferência de recursos para a população, fato que aumentou o déficit fiscal, o estrago das chuvas impactou negativamente na oferta e na demanda decorrente da perda das famílias.

A piora na dívida pública, atingindo 80% do PIB, a mudança no regime de metas de inflação, aquecimento na economia e queda do desemprego levou a precificação de aumento na taxa Selic que está em 11,75% em 2024 o cenário econômico de 2025 para o Brasil é desafiador, o problema fiscal segue em viés de alta podendo elevar a dívida pública a atingir 83% do PIB e a não contenção de despesas por parte do governo provocam uma pressão inflacionária e contínua trajetória de alta na taxa Selic.

A economia mundial segue um cenário de inflação em queda, porém ainda elevada; desaquecimento do nível de atividade, porém de forma suave; taxas de desemprego baixas; e elevação das taxas de juros básicas, com o ciclo de alta aparentemente perto do fim. A guerra na Ucrânia continua sendo um fator de incerteza. Cada região ou país tem suas peculiaridades e este texto, depois de traçar um quadro global, aborda os principais indicadores de Estados Unidos, China, Área do Euro e Reino Unido. Em seguida, explora algumas economias globalmente relevantes: Canadá, Índia, Rússia e Japão. Destaque para o nível de atividade na China, cujos indicadores recentes têm se mostrado abaixo do esperado.

Em que pese os desafios econômicos a Coopesf vem no decorrer dos anos aprimorando cada vez mais seu potencial de negócios, em 2023 foi dado um passo para o aperfeiçoamento e desenvolvimento dos negócios para a cooperativa assim foi adquirido um novo sistema operacional, o da Uniprime Central fato que está proporcionando a implementação de novos produtos e serviços que já em 2024 e dentro de um cronograma de implantação de novas utilidades que serão disponibilizadas permitindo que a cooperativa mantenha o nível de atendimento e de excelência aos nossos cooperados. O início deu-se com a disponibilização do Internet Banking e o Mobile Banking aos funcionários e Conselheiros da Coopesf sendo que em seguida se estenderam a todos os cooperados.

Fontes: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/category/economia-mundial/#:~:text=O%20quadro%20atual%20da%20economia,alta%20aparentemente%20perto%20do%20fim>), e <https://exame.com/colonistas/panorama-economico/retrospectiva-do-cenario-macroeconomico-global-em-2024-e-expectativas-para-2025/>

Os desafios por mais difíceis que sejam são um instrumento motivador para a Coopesf que em busca de uma “Nova Era” de crescimento e desenvolvimento agradece seus Funcionários, Diretores, Conselheiros, Prestadores de Serviços destacando que sem os mesmos não se conseguiria a resiliência permanente de sempre atender bem nosso cooperado.

Curitiba, 31 de dezembro de 2024

DocuSigned by:
 Celso Borba Bittencourt
821A275718454B1...

**Cooperativa de Crédito e Serviços Financeiros de Curitiba e
Região Metropolitana - Coopesf**

COOPERATIVA DE CRÉDITO E SERVIÇOS FINANCEIROS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA - COOPESF
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
BALANÇO PATRIMONIAL (Em reais)
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

ATIVO	NOTA	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades	04	908.616,20	59.524,47
Instrumentos Financeiros		17.158.325,34	16.640.919,00
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	05	680.781,24	46.017,23
Títulos e Valores Mobiliários	05	1.713.428,07	3.684.384,88
Operações de Crédito	06	14.764.116,03	12.910.516,89
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	06	(506.419,78)	(1.686.260,85)
Outros Ativos	07	656.569,04	817.757,55
Imobilizado de Uso	08	847.159,23	842.518,78
Intangível	09	8.750,00	-
Depreciações e Amortizações		(570.953,79)	(527.711,62)
TOTAL DO ATIVO		18.502.046,24	16.146.747,33

PASSIVO	NOTA	31/12/2024	31/12/2023
PASSIVO		9.541.730,03	7.809.604
Depósitos e Recursos de Letras Imobiliárias e Simililares	10	9.057.097,91	7.592.341,83
Depósitos à Vista		94.922,93	115,86
Depósitos à Prazo		8.962.174,98	7.592.225,97
Provisões para Riscos Cíveis, Tributários e Trabalhistas		-	3.928,62
Outros Passivos	11	484.632,12	213.333,23
Sociais e Estatutárias		295.246,45	102.635,07
Fiscais e Previdenciárias		67.167,04	42.369,46
Diversas		122.218,63	68.328,70
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		8.960.316,21	8.337.143,65
Capital Social	12	7.999.829,72	7.186.417,24
Reserva de Lucros	12	711.830,94	682.577,35
Sobras ou Perdas Acumuladas	12	248.655,55	468.149,06
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		18.502.046,24	16.146.747,33

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE CRÉDITO E SERVIÇOS FINANCEIROS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA - COOPESF
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em reais)
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

DESCRIÇÃO DAS CONTAS	NOTA	Exercício		
		2º Semestre 2024	2024	2023
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		2.541.455,72	4.991.416,94	4.692.153,50
Operações de Crédito		2.362.705,64	4.613.599,79	4.165.729,21
Resultado de Operações com TVM e Relações Interfinanceiras		178.750,08	377.817,15	526.424,29
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(709.257,73)	(1.434.628,48)	(1.870.497,42)
Operações de Captação no Mercado		(642.529,79)	(1.222.352,41)	(1.245.984,13)
Operações de Empréstimos e Repasses		-	-	-
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa		(66.727,94)	(212.276,07)	(624.513,29)
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.832.197,99	3.556.788,46	2.821.656,08
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS		(1.670.979,69)	(3.270.071,07)	(2.788.773,24)
Receitas de Prestação de Serviços		1.238,76	4.364,76	8.217,39
Despesas de Pessoal		(958.759,52)	(1.775.807,72)	(1.681.358,88)
Despesas Tributárias		(5.131,84)	(9.241,38)	(8.403,44)
Outras Despesas Administrativas	13	(550.448,89)	(1.070.806,21)	(1.103.821,39)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas		-	-	-
Outras Receitas Operacionais		30,29	3.959,22	76,61
Outras Despesas Operacionais		(157.908,49)	(422.539,74)	(3.483,53)
RESULTADO OPERACIONAL		161.218,30	286.717,39	32.882,84
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		-	-	(2.368,34)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		161.218,30	286.717,39	30.514,50
TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES SOBRE O LUCRO		-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	-	-
Participações Estatutárias no Lucro		-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO		161.218,30	286.717,39	30.514,50
ABSORÇÃO - FATES E RESERVAS		941,17	5.818,55	-
SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA		162.159,47	292.535,94	30.514,50

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

COOPERATIVA DE CRÉDITO E SERVIÇOS FINANCEIROS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA - COOPESF
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (Em reais)
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

DESCRIÇÃO DAS CONTAS	NOTA	2º Semestre 2024	Exercício	
			2024	2023
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		161.218,30	286.717,39	30.514,50
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES DO PERÍODO		-	-	-
Itens que serão reclassificados para o resultado		-	-	-
Itens que não serão reclassificados para o resultado		-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO		161.218,30	286.717,39	30.514,50

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

COOPERATIVA DE CRÉDITO E SERVIÇOS FINANCEIROS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA - COOPESF
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em reais)
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Eventos	NOTA	Capital Realizado	Reservas de Lucros		Sobras/Perdas Acumuladas	Patrimônio Líquido
			Legal	Especial		
Saldo em 30/06/2024		7.447.554,67	682.577,35	-	126.440,26	8.256.572,28
Integralizações de capital	12,a	798.398,94	-	-	-	798.398,94
Baixas de Capital	12,a	(246.123,89)	-	-	-	(246.123,89)
Destinação para Reservas	12,c	-	29.253,59	-	(29.253,59)	-
Destinação FATES	12,e	-	-	-	(14.626,80)	(14.626,80)
Absorção FATES		-	-	-	4.877,38	4.877,38
Resultado do Período	12,e	-	-	-	161.218,30	161.218,30
Saldo em 31/12/2024		7.999.829,72	711.830,94	-	248.655,55	8.960.316,21
Mutações do Período		552.275,05	29.253,59	-	122.215,29	703.743,93
Saldo em 31/12/2023	13	7.186.417,24	682.577,35	-	468.149,06	8.337.143,65
Integralizações de capital	12,a	1.069.990,32	-	-	-	1.069.990,32
Baixas de Capital	12,a	(709.036,08)	-	-	-	(709.036,08)
Destinação para Reservas	12,c/f	-	29.253,59	-	(29.253,59)	-
Destinação FATES		-	-	-	(14.626,80)	(14.626,80)
Absorção FATES		-	-	-	5.818,55	5.818,55
Distribuição de Sobras		452.458,24	-	-	(468.149,06)	(15.690,82)
Resultado do Período	12,e	-	-	-	286.717,39	286.717,39
Saldo em 31/12/2024		7.999.829,72	711.830,94	-	248.655,55	8.960.316,21
Mutações do Período		813.412,48	29.253,59	-	(219.493,51)	623.172,56
Saldo em 31/12/2022		7.333.817,03	679.492,14	441.924,81	99.422,71	8.554.656,69
Integralizações de capital		-	-	-	-	-
Baixas de Capital		(246.822,50)	-	-	-	(246.822,50)
Realização de Reservas		-	-	(441.924,81)	441.924,81	-
Destinação para Reservas		-	3.085,21	-	(3.085,21)	-
Destinação FATES		-	-	-	(1.542,60)	(1.542,60)
Reversão FATES		-	-	-	337,56	337,56
Distribuição de Sobras		99.422,71	-	-	(99.422,71)	-
Resultado do Período		-	-	-	30.514,50	30.514,50
Outras Obrigações		-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2023		7.186.417,24	682.577,35	-	468.149,06	8.337.143,65
Mutações do Período		(147.399,79)	3.085,21	(441.924,81)	368.726,35	(217.513,04)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

COOPERATIVA DE CRÉDITO E SERVIÇOS FINANCEIROS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA - COOPESF
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Em reais)
MÉTODO INDIRETO
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

DESCRIÇÃO DAS CONTAS	NOTA	2º Semestre 2024	Exercício	
			2024	2023
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Sobras Líquidas		161.218,30	286.717,39	30.514,50
Ajustes por:				
Depreciações	13	21.763,16	42.804,68	40.730,45
Amortizações	13	437,49	437,49	-
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	07	(179.308,89)	(1.179.841,07)	186.859,23
Geração Bruta de Caixa		4.110,06	(849.881,51)	258.104,18
Variações nos Ativos e Passivos				
(Aumento)/Redução de Operações de crédito		(2.175.917,93)	(1.853.599,14)	314.185,07
(Aumento)/Redução de Outros Créditos		41.057,38	161.188,51	84.270,13
(Aumento)/Redução de Outros Valores e Bens		13.752,00	-	-
Aumento/(Redução) de Depósitos		1.011.655,45	1.464.756,08	(740.800,70)
Aumento/(Redução) de Outras Obrigações		165.643,04	267.370,27	(562.768,50)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		(939.700,00)	(810.165,79)	(647.009,82)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
(Aquisição)/Redução de Investimentos em Ações e Cotas	12	-	-	-
(Aquisição)/Redução de Imobilizado	09	(3.471,35)	(4.640,45)	(5.883,46)
(Aquisição)/Redução de Intangível		(8.750,00)	(8.750,00)	-
Caixa líquido originado/(aplicado) nas atividades de investimentos		(12.221,35)	(13.390,45)	(5.883,46)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Integralização de Capital Social	12	798.398,94	1.069.990,32	(246.822,50)
Devolução de Capital	12	(246.123,89)	(709.036,08)	-
Distribuição de Sobras para Cooperados	12	-	(15.690,82)	-
Destinação para FATES	12	(14.626,80)	(14.626,80)	(1.542,60)
Reservação de FATES		4.877,38	5.818,55	337,56
Caixa líquido originado/(aplicado) nas atividades de financiamento		542.525,63	336.455,17	(248.027,54)
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA				
		(409.395,72)	(487.101,07)	(900.920,82)
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	04	3.712.221,23	3.789.926,58	4.690.847,40
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Período	04	3.302.825,51	3.302.825,51	3.789.926,58
AUMENTO / (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA				
		(409.395,72)	(487.101,07)	(900.920,82)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito e Serviços Financeiros de Curitiba e Região Metropolitana – COOPESF, foi constituída em 22 de janeiro de 2002 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 10 de abril de 2002, tem por seu objetivo estimular a formação e a educação cooperativista e financeira dos seus associados, através de ajuda mútua, da economia sistemática e do uso adequado do crédito, procurando proporcionar através da mutualidade, assistência financeiras aos cooperados.

Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias; pela Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo; pela Lei Complementar nº 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo; pela Resolução CMN nº 4.434/15 e suas alterações; pelas Resoluções CMN nº 4.910/21, 4.970/21 e 5.051/22, que dispõem sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito; e pelo Estatuto Social consolidado na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 12 de abril de 2023.

A COOPESF participa do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, de abrangência nacional, que tem por objeto prestar garantia de crédito nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$250.000,00 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez às filiadas.

A administração reafirma o propósito e o compromisso de continuar realizando as atividades e as operações normalmente, e não tem conhecimento de indícios ou incertezas que possam configurar sua descontinuidade.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria da COOPESF, autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 06/03/2025. Tais demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e as normas e instruções do BACEN e CMN, bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Foram adotados os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelos órgãos reguladores relacionados ao processo de convergência contábil internacional, que não conflitem com a regulamentação do CMN e BACEN, quais sejam:

- Pronunciamento Conceitual Básico (Resolução nº 4.924/2021);
- CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável do Ativo (Resolução nº 4.924/2021);

- CPC 03 – Fluxo de Caixa (Resolução nº 4.818/2020);
- CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução nº 4.818/2020);
- CPC 06 – Arrendamento (Resolução nº 4.975/2021)
- CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações (Resolução nº 3.989/2011);
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução nº 4.924/2021);
- CPC 24 – Eventos Subsequentes (Resolução nº 4.818/2020);
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Resolução nº 3.823/09);
- CPC 28 – Propriedade para Investimento (Resolução nº 4.967/21);
- CPC 33 – Benefícios a Empregados (Resolução nº 4.877/2020);
- CPC 41 – Resultado por ação (Resolução nº 4.818/2020);
- CPC 46 – Mensuração do Valor Justo (Resolução nº 4.924/2021);
- CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (Resolução nº 4.924/2021).

Adicionalmente, na elaboração das demonstrações financeiras, foram observadas as disposições da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/2020, que têm como objetivo alinhar as diretrizes de apresentação das demonstrações com as normas internacionais de contabilidade. As contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade, sendo que a segregação entre circulante e não circulante é detalhada nas notas explicativas.

Em conformidade com a Resolução BCB nº 2/2020, para fins de comparabilidade, as demonstrações financeiras estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior, ou seja, com os exercícios findos em 31/12/2024 e 31/12/2023.

De acordo com a base contábil de continuidade operacional, as demonstrações contábeis da COOPESF são elaboradas com base no pressuposto de que a cooperativa está operando e continuará a operar em futuro previsível. Confirmamos que não temos conhecimento de incertezas significativas relacionadas com eventos ou condições que possam gerar dúvidas sobre a capacidade de a COOPESF continuar em operação.

3 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis foram:

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios devam ser incluídos na apuração de sobras ou perdas do período em que ocorrerem, simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de regaste, e as receitas e despesas financeiras são contabilizadas pelo critério pro rata die e calculadas com base no modelo exponencial.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional. Referem-se a recursos que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a três meses.

c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Títulos e Valores Mobiliários

As aplicações em cotas de fundos de investimentos abertos são valorizadas mensalmente, com base no valor da cota calculada e divulgada pelo Administrador dos fundos nos quais a Cooperativa aplica seus recursos que, por sua vez, consideram o valor de mercado dos ativos financeiros integrantes de sua carteira.

As aplicações em títulos de renda fixas são registradas pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas ao valor de mercado, quando aplicável.

A Cooperativa não possuía em 31 de dezembro de 2024 saldos de instrumentos financeiro derivativos.

d) Operações de crédito

As operações de crédito estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. Estão classificadas de acordo com o risco apresentado, amparadas por informações internas e externas em relação ao devedor, seus garantidores e à operação, levando em conta, ainda, as situações de renda e patrimônio, bem como outras informações cadastrais do devedor, conforme resoluções emanadas pelo Banco Central do Brasil.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar.

As operações são classificadas em oito níveis, sendo “A” o risco mínimo e “H” o risco máximo. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas e controladas em contas de compensação, não mais figurando no ativo do balanço patrimonial.

e) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As provisões para risco em operações de crédito foram constituídas atendendo os normativos do Banco Central do Brasil, através das Resoluções CMN 2.682/99 e 2.697/00, bem como aos critérios da política de crédito da COOPESF, classificando as operações por faixas de riscos e constituindo as devidas provisões.

f) Demais ativos circulantes e realizáveis e longo prazo (não circulante)

Registrados pelo regime de competência e quando aplicável, atualizados até a data do balanço.

g) Imobilizado

O imobilizado de uso é demonstrado pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base no histórico da empresa e do prazo de utilização dos benefícios gerados por estes ativos, em conformidade com a resolução CMN nº 4.535/16.

h) Redução do valor recuperável de ativos

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros *impairment* é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por *impairment*, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

i) Depósitos a prazo

Os depósitos a prazo são contratados com taxas pré-fixadas e estão atualizados até a data do balanço pelos índices contratados.

j) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulante)

Registrados pelo regime de competência e quando aplicáveis, atualizados até a data do balanço.

k) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre Lucro Líquido foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando para as respectivas bases de cálculo a legislação pertinente a cada tributo. As Cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e à Contribuição Social, quando auferirem resultados positivos com as operações e atividades estranhas a sua finalidade e/ou realizadas com não associados, denominado ato não cooperativo.

l) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) – Demonstrações dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

m) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos em notas explicativas e são divulgados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 – Eventos Subsequentes.

Declaramos que não houve evento subsequente para as demonstrações encerradas em 31 de dezembro de 2024.

n) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

o) Segregação do circulante e longo prazo

Os valores realizáveis e exigíveis com os prazos inferiores a 360 dias são classificados no circulante, e aqueles com prazos superiores, no longo prazo.

p) Provisões

As provisões são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação no futuro. As provisões são registradas, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

q) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Quando aplicável, os ativos e passivos circulantes e não circulantes são ajustados pelo valor presente, levando-se em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita dos respectivos ativos e passivos, e se relevantes, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado

r) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são os seguintes: os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração da Cooperativa possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa, quando aplicável. Já os passivos contingentes, são reconhecidos contabilmente e divulgados levando em conta a opinião dos assessores jurídicos da Cooperativa, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração, sempre que as perdas forem avaliadas como prováveis, o que ocasionaria uma saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis. Os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não requerem provisão e nem divulgação em nota explicativa. As obrigações legais são sempre consideradas como exigíveis, independentemente de questionamentos.

Em 31 de dezembro de 2024 não existiam indícios de ativos e passivos contingentes.

Em 31 de dezembro de 2023 a COOPESF consta como Ré em um processo cível classificado com probabilidade de perda possível, amparada na opinião dos assessores jurídicos da cooperativa, que representa um passivo contingente no total de R\$ 163.335,06. Referido valor foi depositado judicialmente no 2º semestre de 2023.

04 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

DISPONIBILIDADES	31/12/2024		31/12/2023	
	Circulante		Circulante	
Caixa	7.342,13		993,79	
Depósitos Bancários	901.274,07		58.530,68	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	680.781,24		46.017,23	
Títulos e Valores Mobiliários	1.713.428,07		3.684.384,88	
TOTAL	3.302.825,51		3.789.926,58	

Aplicações interfinanceiras de liquidez é composta por saldo mantido em conta e aplicado diariamente, com liquidez imediata, por meio de convênio com instituição financeira parceira para utilização da Cabine e Compe, possibilitando uma maior oferta de serviços financeiros aos cooperados da COOPESF.

Os títulos classificados na categoria de fundos de investimento são aqueles cuja administração pode negociar ativa e frequentemente no mercado. Esses títulos possuem seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até a data do balanço e ajustado pelo valor de mercado, sendo este ajuste lançado em conta específica do resultado do exercício.

05 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

INTRUMENTOS FINANCEIROS	31/12/2024		31/12/2023	
	Circulante	Não Circulante		
Aplicações Interfinanceiras	680.781,24	-	46.017,23	
Títulos e Valores Mobiliários	1.713.428,07	-	3.684.384,88	
TOTAL	2.394.209,31	-	3.730.402,11	

06 OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 a composição da carteira de operações de crédito de curto e longo prazo apresentava a seguinte distribuição:

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	31/12/2024				31/12/2023	
	A Vencer			Total	Total	
	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360			
Operações	4.782.313,49	4.275.862,86	5.705.939,68	14.764.116,03	12.910.516,89	

b. Composição da carteira de crédito e provisão por níveis de risco:

NÍVEL	% Mínimo Requerido	CARTEIRA DE CRÉDITO		PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
A	0,50%	10.170.368,71	8.289.038,03	(50.851,76)	(41.445,19)
B	1,00%	3.771.693,42	2.401.005,85	(37.716,93)	(24.010,06)
C	3,00%	323.455,11	341.947,11	(9.703,65)	(10.258,41)
D	10,00%	40.561,63	156.860,10	(4.056,16)	(15.686,01)
E	30,00%	52.934,11	60.281,02	(15.880,23)	(18.084,31)
F	50,00%	29.160,92	138.080,75	(14.580,46)	(69.040,38)
G	70,00%	7.705,20	51.891,81	(5.393,64)	(36.324,27)
H	100,00%	368.236,93	1.471.412,22	(368.236,93)	(1.471.412,22)
TOTAL		14.764.116,03	12.910.516,89	(506.419,78)	1.686.260,84)

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são apuradas em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e estão de acordo com as normas e instruções do CMN e do Bacen, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito. 97% das operações da cooperativa estavam classificadas como de risco "A" ao risco "C" em 31 de dezembro de 2024.

c. Composição do saldo em prejuízo:

DESCRIÇÃO	31/12/2024	31/12/2023
Últimos 12 meses	1.279.919,21	413.737,12
De 13 a 48 meses	1.011.697,59	1.129.934,87
Superior a 48 meses	1.783.023,11	1.605.895,48
TOTAL	4.074.639,91	3.149.567,47

d. Concentração de Devedores:

DESCRIÇÃO	31/12/2024		31/12/2023	
	VALOR	%	VALOR	%
Maior devedor	1.239.598,61	8,40%	904.615,37	7,01%
10 seguintes maiores devedores	4.048.822,66	27,42%	3.772.674,42	29,22%
20 seguintes maiores devedores	2.805.343,23	19,00%	1.934.604,80	14,98%
40 seguintes maiores devedores	2.084.691,23	14,12%	1.563.238,79	12,11%
Demais devedores	4.585.660,30	31,06%	4.735.383,51	36,68%

TOTAL	14.764.116,03	12.910.516,89
--------------	----------------------	----------------------

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 registramos R\$ 460.025,74 em recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo. No exercício de 2023 recuperamos o montante de R\$ 468.580,08.

07 OUTROS ATIVOS

OUTROS ATIVOS	31/12/2024		31/12/2023
	Circulante	Não Circulante	
Rendas a receber ¹	39.715,30	-	26.619,79
Adiantamento e Antecipações Salariais ²	2.535,86	-	3.465,02
Adiantamento para pagamento de Nossa Conta	1.076,34	-	11.096,14
Depósitos Judiciais	-	-	163.335,06
Ativos não Financeiros Mantidos para Venda ³	-	613.241,54	613.241,54
TOTAL	43.327,50	613.241,54	817.757,55

(1) O valor de rendas a receber refere-se a juros de cheque especial de competência do mês em curso, que serão liquidadas no mês subsequente.

(2) Adiantamento e antecipações salariais refere-se ao pagamento de férias cujo gozo ocorrerá no semestre subsequente.

(3) Bem recebido em liquidação de operação de crédito de difícil liquidação.

08 IMOBILIZADO DE USO

O Imobilizado de uso é demonstrado pelo custo de aquisição menos a depreciação acumulada. As depreciações são calculadas com base no histórico da empresa do prazo de utilização dos benefícios gerados por estes ativos. Em 31 de dezembro de 2024 estão assim representados:

DESCRIÇÃO	Taxas anuais de depreciação (%)	31/12/2024		31/12/2023	
		Custo Corrigido	Deprec/Amort. Acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso					
Móveis e equipamentos de uso	10%	311.424,90	(271.877,87)	39.547,03	56.281,90
Imóveis	4%	535.734,33	(298.638,43)	237.095,90	258.525,26
TOTAL		847.159,23	(570.516,30)	276.642,93	314.807,16

09 INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros e estão demonstrados pelo custo de aquisição menos a amortização acumulada. As amortizações são calculadas com base no histórico da empresa do prazo de utilização dos benefícios gerados por estes ativos. Em 31 de dezembro de 2024 estão assim representados:

DESCRIÇÃO	Taxas anuais de depreciação (%)	31/12/2024		31/12/2023	
		Custo Corrigido	Deprec/Amort Acumulada	Líquido	Líquido
Intangível					
Sistemas de Processamento de Dados	20%	8.750,00	(437,49)	8.312,51	-
TOTAL		8.750,00	(437,49)	8.312,51	-

10 DEPÓSITOS

DESCRIÇÃO	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos de Pessoas Físicas	31.475,07	35,72
Depósitos de Pessoas Jurídicas	1.617,19	80,14
Depósitos de PJ Bloqueio Jud.	61.830,67	-
Depósito a Prazo - RDC-DI (a)	8.962.174,98	7.592.225,97
TOTAL	9.057.097,91	7.592.341,83

a) Depósito a Prazo – RDC-DI – Concentração de depositantes:

DESCRIÇÃO	31/12/2024		31/12/2023	
	VALOR	%	VALOR	%
Maior depositante	668.214,73	7,46%	572.495,76	7,54%
10 seguintes maiores depositantes	4.195.357,11	46,81%	3.524.726,15	46,43%
20 seguintes maiores depositantes	2.770.845,98	30,92%	2.299.645,15	30,29%
40 seguintes maiores depositantes	1.181.841,48	13,19%	1.039.949,30	13,70%
Demais depositantes	145.915,68	1,63%	155.409,61	2,05%
TOTAL	8.962.174,98	100%	7.592.225,97	100%

11 OUTROS PASSIVOS

a) Sociais e estatutárias:

DESCRIÇÃO	31/12/2024	31/12/2023
	Circulante	Circulante
Juros sobre Capital Social	142.923,59	-
FATES - Resultado de atos com associados ₁	35.797,64	26.989,39
Cotas de capital a pagar ₂	116.525,22	75.645,68
	295.246,45	102.635,07

(1) *Atendendo à instrução do BACEN, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº. 5.764/71.*

(2) *O valor em cotas de capital a pagar refere-se à restituição do capital integralizado pelo associado, em razão do seu desligamento, por demissão, exclusão ou eliminação, conforme estabelecido no parágrafo 4º do artigo 24 da Lei nº 5.764/71.*

b) Fiscais e previdenciárias:

Referem-se aos impostos e contribuições a recolher devidos pela instituição ou retidos na fonte, que serão recolhidos posteriormente conforme determina a legislação.

DESCRIÇÃO	31/12/2024	31/12/2023
	Circulante	Circulante
IOF a recolher - operação de crédito	1.940,97	2.623,67
Impostos e contribuições a recolher	65.226,07	39.745,79
TOTAL	67.167,04	42.369,46

c) Diversas:

Representam os valores destinados à formação de provisão e obrigações com pessoal e terceiros, conforme segue:

DESCRIÇÃO	31/12/2024	31/12/2023
	Circulante	Circulante
Despesas com pessoal ₁	121.086,49	67.376,66
Credores Diversos ₂	1.132,14	952,04
TOTAL	122.218,63	68.328,70

(1) *Provisão para pagamento de despesas com pessoal representa o valor necessário para pagamento de gratificação conforme acordo da categoria, e férias e seus respectivos encargos, apurados pelo número de dias de direito dos funcionários.*

(2) *Credores diversos representa valores a pagar a fornecedores e obrigações pendentes a serem regularizadas no decorrer do semestre seguinte.*

12 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido é composto por Capital Social, Reserva de Lucros e Sobras Acumuladas.

a) Capital Social:

O capital social é dividido em cotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

O capital social e número de associados estão assim compostos:

DESCRIÇÃO	31/12/2024	31/12/2023
Capital social	7.999829,72	7.186.417,24
Número de associados	5.174	5.139

b) Gestão do Capital

A análise de suficiência de capital na visão regulatória tem como objetivo avaliar se a Instituição possui Patrimônio de Referência (capital disponível) em nível superior ao capital exigido para cobertura dos riscos. A plena adaptação ao arcabouço regulatório de Basileia III, em conjunto com a capacidade de gerar resultados, contribui para que a Cooperativa mantenha índices de capital estáveis, com folga de capital em patamar confortável, em relação ao mínimo regulatório.

Os fluxos de capital são um aspecto importante na análise de vulnerabilidades. A composição do capital da COOPESF mostra que o nível de concentração de risco é muito baixo, sendo que o maior saldo de capital representa 7% da composição total. A estratégia de diversificação sinaliza que o nível de concentração está equilibrado.

c) Reserva legal

O fundo de reserva das cooperativas de crédito é constituído de acordo com o artigo 28, inciso I, da Lei nº 5.764/71, e é destinado a compensar perdas e a atender ao desenvolvimento de suas atividades. Ao final do exercício as cooperativas são obrigadas a destinar no mínimo 10% das Sobras Líquidas do Exercício. Em 31 de dezembro de 2024 o fundo de reserva totalizou R\$ 711.830,94. (R\$ 682.577,35 em 31 de dezembro de 2023)

d) Sobras ou perdas acumuladas

As sobras acumuladas do exercício de 2023 foram destinadas, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 21 de março de 2024; o saldo de R\$ 248.655,55 representa o resultado da Cooperativa no exercício 2024 após as destinações legais.

Ressalta-se que, do montante das sobras acumuladas, o valor de R\$ R\$ 5.818,55 refere-se à absorção de dispêndios relacionados à assistência técnica, educacional e social (FATES), em conformidade com o disposto na NBC ITG 2004.

DESCRIÇÃO	31/12/2024
Resultado do Exercício - DRE	286.717,39
Absorção FATES	5.818,55
Base das destinações legais e estatutárias do período	R\$ 292.535,94
FATES (5%)	(14.626,80)
Reserva Legal (35%)	(29.253,59)
SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA	248.655,55

13 DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

DESCRIÇÃO	31/12/2024	31/12/2023
Desp. Água Energia e Gás	(9.314,45)	(7.880,80)
Desp. Aluguéis	(11.699,73)	(9.000,00)
Desp. Comunicações	(35.250,77)	(31.271,68)
Desp. Manutenção e Conservação de Bens	(66.915,53)	(61.571,28)
Desp. Material	(10.187,00)	(8.791,26)
Desp. Processamento de Dados	(246.513,49)	(338.903,68)
Desp. Propaganda e Publicidade	(9.329,00)	(11.977,00)
Desp. Serviços de Terceiros	(46.942,64)	(30.765,24)
Desp. Serv. Técnicos Especializados	(245.271,35)	(210.757,27)
Desp. Serv. Sistema Financeiro	(82.965,69)	(107.985,40)
Desp. de Transporte	(20.055,85)	(27.477,63)
Desp. Amortização e Depreciação	(43.242,17)	(41.360,95)
Outras Desp. Administrativas	(243.118,54)	(216.079,20)
TOTAL	(1.070.806,21)	(1.103.821,39)

14 PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração dos administradores:

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os honorários dos administradores foram de R\$ 632.242,08 e R\$ 630.803,68 respectivamente, os quais foram apropriados na rubrica “Despesas de pessoal”, na demonstração do resultado (sobras e perdas).

b) Operações ativas e passivas:

Foram realizadas transações com membros estatutários na forma de depósitos, operações de crédito, capital social e outros serviços. As taxas e prazos oferecidos para estes membros são condizentes com as usufruídas pelos demais cooperados da nossa cooperativa.

Demonstramos o montante de operações ativas e passivas com membros estatutários em 31/12/2024:

NATUREZA DA OPERAÇÃO	31/12/2024	% EM RELAÇÃO DO TOTAL
Operações de Crédito	96.286,12	4,00%
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(527,28)	0,10%
Operações Ativas	95.758,84	
Depósitos	1.240.632,89	36,17%
Capital Social	1.151.040,09	14,39%
Operações Passivas	2.391.672,98	

Outras Partes Relacionadas: Outras partes relacionadas é representada por familiares próximos (pais, filhos e cônjuges) de membros estatutários, com potencial influência de alteração do capital destes.

NATUREZA DA OPERAÇÃO	31/12/2024	% EM RELAÇÃO DO TOTAL
Operações de Crédito	32.059,15	0,24%
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(160,30)	0,03%
Operações Ativas	31.898,85	
Depósitos	497.436,56	14,93%
Capital Social	444.828,05	5,56%
Operações Passivas	942.264,61	

15 RESULTADO NÃO RECORRENTE

No exercício de 2024 a COOPESF não incorreu em qualquer “Resultado não recorrente” que requeresse divulgação em separado em suas demonstrações financeiras.

16 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros estão demonstrados no balanço patrimonial por valores iguais ou que se aproximam dos seus valores de mercado.

17 ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO

Em 04 de novembro de 2015 o Banco Central do Brasil emitiu o Comunicado nº 28.684, o qual dispõe do enquadramento prévio das cooperativas de crédito em funcionamento nas categorias estabelecidas no art. 15 da Resolução CMN nº 4.434, de 5 de agosto de 2015, atualmente vigente no art. 2 da Resolução CMN nº 5.051 de 25 de novembro de 2022.

A Cooperativa COOPESF, conforme as referidas normas citadas acima, foi classificada pelo Banco Central do Brasil na categoria Clássica. E de acordo com a Res. CMN nº 4.553/2018 foi enquadrada em 30 de janeiro de 2018 no segmento S5.

De modo a atender o requerido na Resolução do CMN nº 4.557/2018, a COOPESF adotou o gerenciamento de riscos compatível com a natureza e complexidade de seus produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da Cooperativa, e tem por objetivo monitorar os riscos, com intuito de realizar a gestão dos riscos operacionais, de mercado e crédito.

Entretanto, a COOPESF, conforme disposto na Resolução CMN nº 4.606/2018, 4.557/2018, 4.955/2021 adota para elaboração de seu Balanço o Regime Prudencial Simplificado (RPS) sendo assim a implantação do gerenciamento de riscos está também em consonância com o referido regulatório ao considerar, a metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5), segundo o regime para definição do Patrimônio de Referência para o segmento de Cooperativas enquadradas em S5 e assim em acordo com a complexidade de seus produtos, serviços, atividades processos e sistemas da Cooperativa.

a) Risco operacional

O Risco Operacional está associado às falhas, deficiências ou inadequações de processos internos, de pessoas e de sistemas, ou de eventos externos.

A COOPESF devido à sua opção pelo Regime Prudencial Simplificado (RPS) possui seu cálculo do Patrimônio de Referência Exigido de forma Simplificada em apenas uma única parcela (PRS5)), conforme disposições na Res. CMN nº 4.606/2018 e Res. CMN nº 4.995/2022, sendo esta apurada diretamente sobre os demonstrativos contábeis.

b) Risco de mercado

O Risco de Mercado é o risco associado a perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado das posições detidas pela Cooperativa.

Adicionalmente mencionamos que, em virtude da Res. CMN nº 4.434/2015, revogada pela Res. CMN nº 5.051/2022, e com a emissão do Comunicado pelo Banco Central do Brasil, a Cooperativa COOPESF está classificada na categoria clássica dentro do segmento S5. Estando, esta Instituição desobrigada de classificar as operações da carteira, previstas no Art. 6º e parágrafos, conforme dispensa evidenciada pelo Art. 2º da Resolução nº 4.557/2018. Estando também dispensada da elaboração assim como do envio da remessa do Demonstrativo de Mercado (DRM) ao Banco Central do Brasil.

c) Risco de crédito

O Risco de Crédito é aquele associado ao não cumprimento pelo tomador da contraparte de suas respectivas obrigações financeiras, nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos da recuperação.

A COOPESF avalia de forma gerencial o risco de crédito e classifica suas operações conforme os critérios para rating estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999, para atendimento do risco e das respectivas provisões de risco em atendimento aos valores mínimos exigidos pelos normativos.

18 ÍNDICE DE BASILÉIA

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR) compatível com os riscos de suas atividades, e de acordo com a Resolução CMN nº 4.606, artigo 12, o requerimento mínimo de patrimônio exigido em relação à ponderação de ativos é de 12% em 31/12/2024.

Apresentamos abaixo o realizado para o semestre findo e exercício anterior:

DESCRIÇÃO	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio de referência	8.952.003,70	8.337.143,65
RWA total (Regime Prudencial Simplificado)	15.234.924,39	14.830.738,40
Patrimônio requerido	2.589.937,15	2.521.225,53
Índice de Basileia	62,75%	56,22%

19 PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DA RESOLUÇÃO CMN Nº 4.966/21

A implementação da Resolução CMN nº 4.966 está em fase final, em conformidade com as diretrizes e prazos estabelecidos pelos órgãos reguladores e com o plano de implementação da referida norma.

Durante o processo de implementação, dirigentes e equipes técnicas monitoraram as normas complementares, com destaque para a Resolução BCB nº 352, de 23 de novembro de 2023, que estabelece procedimentos e definições relacionados à provisão para perdas associadas ao risco de crédito, incluindo a metodologia simplificada para instituições financeiras classificadas nos segmentos S5.

A Cooperativa adotou o modelo de negócios baseado no custo amortizado para a gestão de seus ativos financeiros, conforme previsto no artigo 5º da Resolução CMN nº 4.966. Essa decisão foi fundamentada no histórico das operações financeiras, na administração do fluxo de caixa e nas diretrizes estratégicas da Cooperativa.

Os impactos decorrentes da adoção das normas contábeis estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.966 e pela Resolução BCB nº 352 foram mensurados e avaliados preliminarmente. Esses efeitos serão reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras de 2025, registrados em contrapartida à conta de sobras ou perdas acumuladas, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Entre os principais impactos identificados, destacam-se:

- Classificação dos ativos financeiros – 91% dos ativos financeiros da Cooperativa foram classificados na categoria custo amortizado, com base no modelo de negócios adotado para a gestão desses ativos e nas características contratuais de seus fluxos de caixa. Por sua vez, as cotas de fundos de investimento correspondem a 9% dos ativos financeiros e foram classificadas na categoria valor justo por meio do resultado (VJR);
- Adoção da metodologia simplificada e classificação da carteira conforme os critérios de risco de crédito, segmentados de C1 a C5, gerando um ajuste na provisão para perdas associadas ao risco de crédito, com impacto negativo de R\$ 60 mil no patrimônio líquido; e
- Reconhecimento da provisão para perdas esperadas associadas a compromissos de crédito e créditos a liberar, no valor de R\$ 2 mil, com impacto negativo no patrimônio líquido.

Destaca-se que a Cooperativa optou por utilizar metodologia diferenciada linear para fins do reconhecimento de receitas e despesas relativas aos custos de transação pela taxa de juros efetiva de operações de crédito e demais operações com característica de concessão de crédito classificadas na categoria custo amortizado, entretanto, não vislumbra impacto relevante em razão da forma de atuação com seus cooperados.

Os impactos apresentados refletem as mudanças necessárias para garantir conformidade regulatória e a adequada mensuração do risco de crédito, assegurando a transparência e a consistência das informações financeiras da Cooperativa.

A Administração da **COOPERATIVA DE CRÉDITO E SERVIÇOS FINANCEIROS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA - COOPESF** é responsável pelas informações divulgadas neste relatório.

Curitiba –PR, 31 de dezembro de 2024.

DocuSigned by:

Claudinei Fernando Eschholz

14D320755CB64E0...

Claudinei Fernando Eschholz
Diretor Financeiro

Assinado por:

JORGE LUIZ MOREIRA

D3039D6A199446A...

Jorge Luiz Moreira
Diretor Administrativo

DocuSigned by:

Géssica Benicio Felipe

B8DAEB7FBCFB40D...

Géssica Benicio Felipe
Contadora
CRC: PR – 066.344/O-6

ASSINADO DIGITALMENTE

GESSICA BENICIO FELIPE

A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>



ATA Nº. 273 DA REUNIÃO EXTRAORDINÁIRA DO CONSELHO FISCAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO E SERVIÇOS FINANCEIROS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA - COOPESF, REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2025.

Aos 31 (trinta e um) dias do mês de março de 2025 às 14:30h, os Conselheiros Fiscais efetivos, Srs. José Alves de Almeida - Coordenador, Donizete Corbetta, e Irajá Krukoski, reuniram-se de forma virtual pela plataforma 'Zoom' para cumprimento de programa de trabalho extraordinário. Primeiramente o Conselheiro José Alves de Almeida - Coordenador agradeceu a presença dos Conselheiros Fiscais presentes e em seguida tratou do assunto.

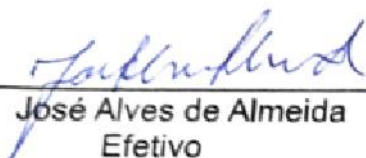
Em reunião extraordinária em observância ao disposto no artigo 56, da Lei 5764/71, e no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o relatório anual da Administração e as Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, compreendendo o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e demais documentos e informações pertinentes às operações realizadas pela Coopesf.

Com base nos documentos examinados, nas análises levadas a efeito e nos esclarecimentos apresentados por representantes da Coopesf, declaramos que os mesmos refletem adequadamente a posição patrimonial e econômico financeira da Cooperativa no referido exercício social, razão pela qual opinam favoravelmente à aprovação de tais documentos pela Assembleia Geral Ordinária de Cooperados.

Por fim, deixou a palavra em aberto para que os demais conselheiros que quisessem a usassem. Na falta de manifestação, encerrou a reunião e, eu, José Alves de Almeida – Coordenador dos Trabalhos, redigi esta ata que após leitura e aprovação será assinada pelos Conselheiros Fiscais.

Curitiba PR, 31 de março de 2025

Assinaturas



José Alves de Almeida
Efetivo



Donizete Corbetta
Efetivo



Irajá Krukoski
Suplente